

## **O PAPEL DO DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A COESÃO DOS TERRITÓRIOS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MEIO RURAL ALGARVIO**

**Dora Isabel Martins Sampaio – Universidade de Lisboa, FLUL**

Tito Rodrigues Sampaio Jacinto \* Maria de Lurdes Martins Jacinto Sampaio  
Sítio da Amorosa, Meia-Viana, 8550-307 Monchique  
e-mail: dorasampaio7@gmail.com

**Palavras-chave:** Algarve, rural, coesão territorial, assimetrias, desenvolvimento sustentável e integrado

**Resumo.** *O principal objectivo desta comunicação é destacar o papel que os espaços rurais poderão ter na coesão territorial da região algarvia.*

*O dinamismo económico e a atractividade da estreita faixa litoral contrastam com o crescente envelhecimento e despovoamento do Algarve Interior, ainda com algumas marcas de ruralidade.*

*A Serra de Monchique surge como um caso digno de reflexão. Neste território rural, com mais-valias evidentes, tornou-se óbvia a recente aposta num turismo onde a qualidade da paisagem, o contacto com a natureza e o (re)inventar de tradições são as marcas principais.*

*A evolução positiva deste sector confere, assim, novas perspectivas de desenvolvimento ao Algarve rural.*

## 1. BREVE INTRODUÇÃO AO TEMA

A região do Algarve é abordada, na grande maioria das vezes, pelo seu potencial de oferta de turismo balnear que se confina a uma estreita faixa urbana litoral. Todavia, importa recordar que, no conjunto do território algarvio, para além da estreita faixa litoral, existe também uma vasta área de barrocal e de serra e que, dos dezasseis concelhos do Algarve, seis são interiores – Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo – apresentando ainda fortes marcas de ruralidade. Torna-se, neste ponto, crucial esclarecer o conceito de rural adoptado nesta comunicação. O rural algarvio é, à semelhança do próprio conceito, bastante difícil de definir. Ainda assim, parece ser claro que este se encontra associado a áreas de baixa densidade populacional, caracterizadas por processos de despovoamento contínuos e quase irreversíveis, onde uma parte significativa da população se ocupa na agricultura e a paisagem predominante é agrária. Desta caracterização geral, e reconhecendo a dificuldade de estabelecer fronteiras entre rural e urbano, foi possível construir um mapa onde se distinguem freguesias urbanas e rurais, coincidindo (com raras excepções) as primeiras com as freguesias litorais e as segundas com o interior de barrocal e serra <sup>(1)</sup>. Note-se que os critérios utilizados nesta classificação foram já assinalados e que as fronteiras estabelecidas não são rígidas, funcionando mais como fronteiras intangíveis (Figura 1).

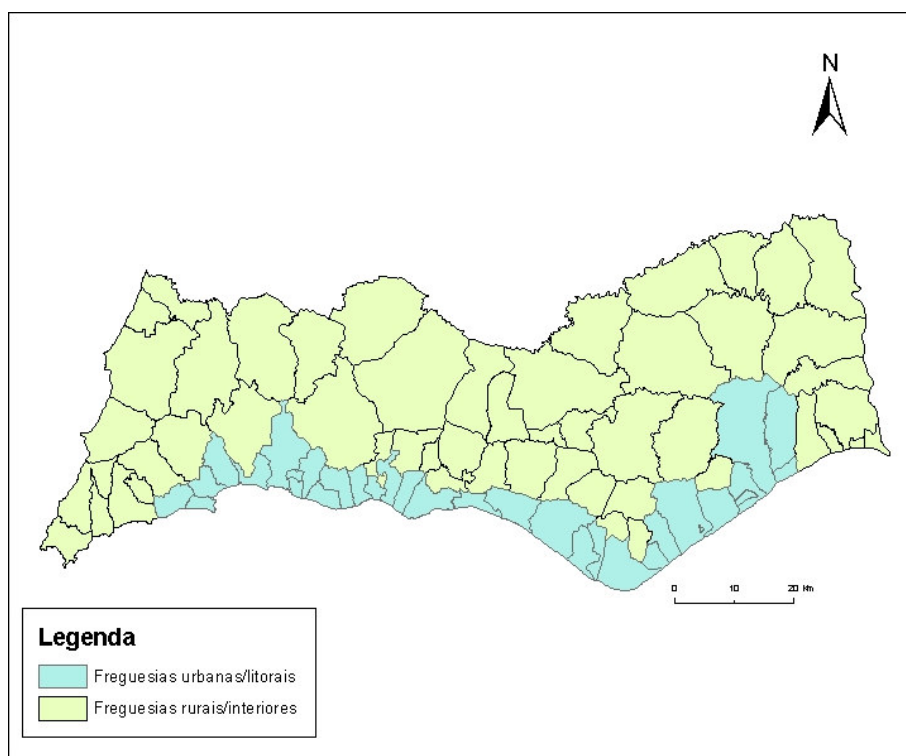


Figura 1. Algarve urbano e rural

Fonte: Cartografia própria

O que se propõe com esta comunicação é despertar um novo olhar para o Algarve rural que, em sinergia com o litoral, poderá fortalecer as relações territoriais e minorar as assimetrias de desenvolvimento, notórias à escala regional. O papel dos espaços rurais na

coesão dos territórios é indiscutível. O mundo rural oferece uma enorme diversidade de oportunidades, especialmente de turismo em espaço rural (TER), o que permitirá fortalecer o interior algarvio com novas e dinâmicas actividades que o integrem crescentemente numa região de turismo por excelência. A diversidade paisagística e morfológica deverá ser valorizada pois constitui uma importante mais-valia para a região.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL) reforça a importância de fomentar a diversificação e multifuncionalidade dos espaços rurais algarvios, que associados ao litoral, poderão oferecer um turismo variado e de enorme qualidade, fortalecendo a sua base económica. Os vários territórios deverão mobilizar os seus recursos humanos e naturais no sentido da integração territorial e melhoria das condições de vida e bem-estar das populações e das suas capacidades para determinar o seu futuro: rendimento *per capita*, mas também aptidões pessoais e modos de produção (Cavaco, 2004).

## 2. DINÂMICAS TERRITORIAIS: DE UM ALGARVE DE SOL E PRAIA...

A faixa litoral – que se estende desde Lagos, no extremo sudoeste, a Vila Real de Santo António, a sudeste – concentra cerca de 67% da população algarvia. Os concelhos de Portimão, Loulé e Albufeira constituem os principais pólos de desenvolvimento desta região, concentrando 72% do total de receitas de estabelecimentos hoteleiros, altamente vocacionados para o turismo balnear (CCDR Algarve, 2003).

A polarização dos concelhos urbanos do litoral, face ao mundo rural, é vincada e justifica a crescente desvitalização demográfica e económica destes territórios de marcada ruralidade. O facto das qualificações exigidas no sector terciário serem reduzidas fomenta o escoamento de vitalidade e empreendedorismo, da serra e barrocal, para o litoral e reforça a clivagem interior rural/litoral urbano (Quadro 1).

Quadro 1. – Crescimento anual médio por regiões naturais (%)

ANOS	Litoral	Barrocal	Serra	ALGARVE
1900/1911	0,87	0,16	0,88	0,63
1911/1920	-0,14	-0,55	0,20	-0,19
1920/1930	1,68	-0,02	0,69	0,93
1930/1940	0,63	0,70	1,14	0,76
1940/1950	0,75	-0,29	0,09	0,31
1950/1960	0,07	-0,99	-0,79	-0,41
1960/1970	-0,88	-1,86	-2,55	-1,49
1970/1981	3,28	0,90	-1,09	1,88
1981/1991	0,96	0,45	-1,17	0,55

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População

A reforçar a consciência do empobrecimento do meio rural algarvio advém o facto do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2007 destinar menos de 0,6% dos fundos para os concelhos rurais do interior, onde residem apenas, e em tendência decrescente, 10% da população. Por outro lado, os seis concelhos do litoral centro do Algarve concentram 83% da verba total do PIDDAC. Deste modo, e apesar de vigorarem, desde os anos 90, vários programas que valorizam o progresso do meio rural algarvio, há ainda que apostar mais no

desenvolvimento rural <sup>(2)</sup> com o objectivo último de alcançar uma região mais coesa, não apenas a nível territorial, mas também sócio-económico.

Esta ideia é reforçada por Carminda Cavaco, que salienta que o reconhecimento das fragilidades do mundo rural levou à elaboração de políticas de desenvolvimento rural e local, mas também de carácter regional. (Cavaco, 2004).

Avaliando as diversas medidas de incidência territorial, que mais do que unir, apartaram o interior rural e litoral urbano, importa definir vocações para estes territórios, que promovam o seu desenvolvimento e potencializem os seus recursos endógenos.

### **... A UM ALGARVE MARCADAMENTE RURAL**

Contrastando com um litoral algarvio crescentemente urbanizado, com uma densidade populacional considerável (184 hab/km<sup>2</sup>, em 2001) encontramos um interior rural e de montanhas que, desde os anos cinquenta, vem perdendo habitantes e cuja densidade populacional não ultrapassava os 14hab/km<sup>2</sup>, em 1981 (Mendes, 2001).

Ainda assim devemos ser cautelosos ao abordar o meio rural algarvio, pois podemos pecar pela excessiva generalização. Os espaços rurais do Algarve podem ser agrupados em quatro áreas distintas – costa vicentina, barrocal, serra e Guadiana – ocupando, em conjunto, mais de metade do território da região. Por constituírem realidades distintas, onde têm sido adoptados, de algum modo, diferentes percursos de desenvolvimento rural, serão abordadas separadamente.

A Costa Vicentina possui como mais-valia principal a paisagem natural que se apresenta fortemente conservada, tendo-se constituído, por isso, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A reserva ecológica nacional (REN) coexiste com áreas agrícolas. Para além disso, o património natural e as suas marcas históricas são susceptíveis de valorizar esta área.

O barrocal, também designado beira-serra, constitui a principal área de produção agrícola do Algarve, sendo a produção de citrinos um dos aspectos mais privilegiados na sua promoção. Contudo, importa revelar que a produção agrícola no barrocal apresenta ainda algumas limitações. De acordo com o PROTAL (2004), cerca de 63,8% dos agricultores dedicavam menos de metade do seu tempo à agricultura, sendo que apenas 6,2% exerciam esta actividade a tempo inteiro. Este facto, à partida preocupante, poderá ser encarado como um aspecto positivo, uma vez que grande parte destes agricultores desempenham uma actividade principal ou secundária no sector terciário (65 e 50% respectivamente). A multifuncionalidade e diversificação das actividades em espaço rural poderão ser um motor para a promoção do seu desenvolvimento. A actividade agrícola poderá ser activamente associada ao TER, promovendo actividades de qualidade e complementares do rendimento proveniente da exploração agrícola.

Um aspecto claramente mais inquietante é o facto de, segundo o mesmo plano, 94,1% dos agricultores algarvios não possuírem mais que o ensino básico e uma percentagem igualmente significativa (39,1%) não possuir mesmo qualquer nível de instrução. Face a este entrave à dinamização destes territórios, a aposta na formação da população rural parece ser imperativa, no sentido da promoção do progresso em espaço rural e participação pró-activa na coesão e equidade da região.

Face à importância da citricultura, que ocupa mais de 15 000 ha (PROTAL, 2004), a implementação da indicação geográfica protegida, *citrinos do Algarve*, poderá significar um novo meio de promoção do Algarve rural, valorizando os seus recursos naturais.

A serra é constituída por três relevos montanhosos – Serra de Espinhaço de Cão, Serra sienítica de Monchique e xistenta do Caldeirão. Estes territórios rurais são marcados por uma crescente rarefacção de população, principal obstáculo ao progresso. Paralelamente, iniciativas de TER e parques naturais e temáticos têm surgido, mais ou menos desorganizadamente, por toda a serra algarvia, beneficiando, por vezes, de fundos/programas comunitários como o LEADER. Muitas destas iniciativas provêm também de residentes estrangeiros, particularmente numerosos na serra algarvia, e de agentes externos, por vezes pouco conhecedores da realidade local.

A região envolvente do Guadiana, caracterizada pelo declínio agrícola e forte emigração apresenta, nas ligações múltiplas interior/litoral, uma hipótese de integração e competitividade territorial.

Parece incontestável que, para garantir a preservação, dinamização e diversificação da base económica destes espaços, ainda marcados pela ruralidade, é fulcral favorecer o surgimento de agentes locais, dispostos a investir e impulsionar os recursos específicos de cada território. Todavia, através de algumas entrevistas realizadas, tornou-se evidente que existe um movimento centrífugo da população local, que contrasta com um crescente despertar de interesse, quer de agentes exógenos, quer de residentes estrangeiros, que conseguem descortinar as potencialidades destes espaços.

Em suma, as marcas de ruralidade, ainda preservadas, surgem hoje como uma mais-valia, e a tomada de consciência da especificidade destes territórios, que possuem aptidões distintas (Figura 2), implica medidas pertinentes e atempadas.

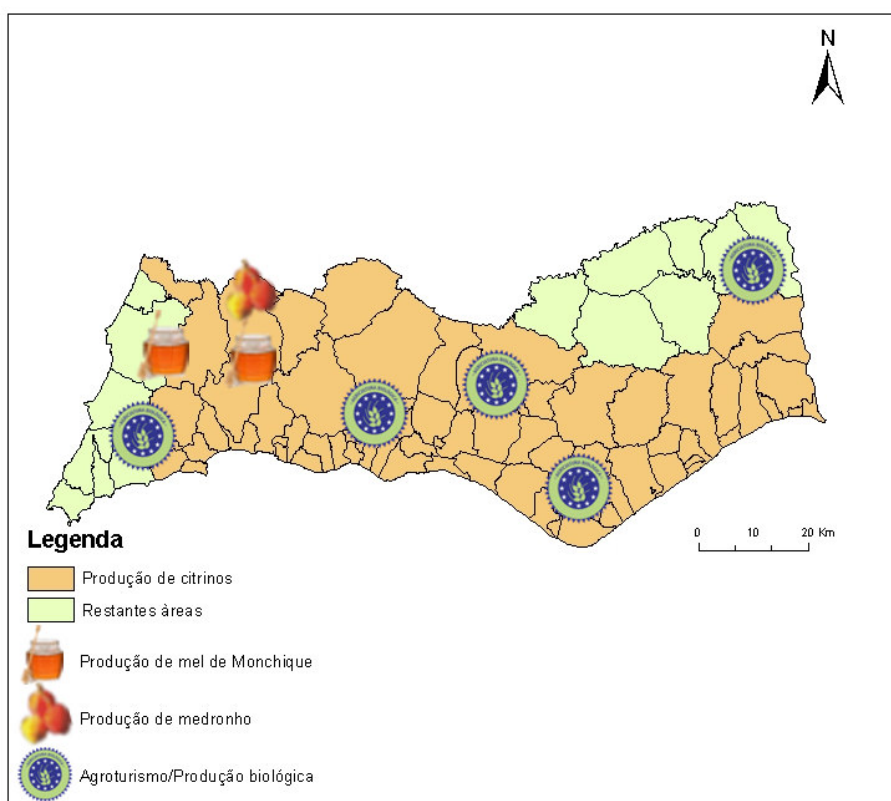


Figura 2. Alguns elementos de promoção do Algarve rural

Fonte: Cartografia própria (mapa realizado com base em dados disponibilizados pelo PROTAL. O mapa não possui um carácter exaustivo, apenas ilustrativo)

Por outro lado, a crescente procura de um turismo e lazer, marcados simultaneamente pelo sossego e comodidade, pelo contacto com a natureza, reviver de tradições e gastronomia tradicionais, justifica novos projectos que (re)valorizem estes territórios, frequentemente descurados em detrimento de um litoral mais atractivo e onde o turismo balnear garante elevadas receitas anualmente.

### **3. O PAPEL DO DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A COESÃO DOS TERRITÓRIOS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MEIO RURAL ALGARVIO**

A coesão da região do Algarve continuará a ser utópica, se não forem dados passos determinantes que favoreçam a interdependência, em detrimento da dependência, entre territórios. Parece ser fundamental que, em primeiro lugar, se reconheçam as assimetrias que caracterizam o interior rural/litoral urbano. Em segundo lugar, a coesão territorial só será sustentada se for baseada nos recursos de cada território, se cada actor souber qual o papel a desempenhar e se houver interesses comuns. Em terceiro lugar, um processo tão importante como este, deverá privilegiar uma abordagem *bottom-up*, que comece por traçar metas pouco ambiciosas para, gradualmente, se alcançarem objectivos de maior envergadura. Face a uma polarização tão marcada de recursos humanos e financeiros nos espaços urbanos, há necessidade de procurar, nos territórios rurais, mais-valias que permitam integrar esta parte do Algarve num conjunto territorial mais homogéneo. Torna-se, à partida, incontestável que, para levar a cabo qualquer tentativa de integração territorial, será necessário, em primeiro lugar, desenvolver os espaços rurais. Caso contrário, as assimetrias já existentes poderão ser acentuadas, e o rural continuar associado ao atrasado e obsoleto e o urbano ao próspero e moderno.

De facto não se trata de retirar importância e vitalidade ao pólo dinamizador que constitui o litoral, mas sim, desenvolver o mundo rural de modo a compatibilizar duas realidades que poderão, e deverão, ser complementares. Estes dois territórios, ao disporem de recursos tão distintos, poderão, se adequadamente mobilizados, permitir promover um processo de desenvolvimento rural sustentado e integrado.

Mas para já, e reconhecendo o carácter meramente exploratório deste trabalho, o importante é relembrar a importância dos espaços rurais algarvios (e não só) como elementos susceptíveis de desenvolver e articular, criando sinergias e parcerias entre produtos complementares, neste caso o sol e a praia e o contacto com a natureza e com o tradicional.

Assim, tendo em conta a realidade do Algarve rural, para se alcançar o desafio da coesão territorial, são aqui propostos dois caminhos para o desenvolvimento rural: O primeiro prende-se com a agricultura pró-activa, já existente, sobretudo no barrocal. A cultura dos citrinos, perfeitamente ajustada ao clima mediterrâneo, poderá ser potencializada, e como foi já salientado, a indicação geográfica da proveniência destes citrinos promoverá crescentemente esta região. A prática de uma agricultura biológica, cujo público-alvo é crescente, poderá constituir também uma hipótese sustentável.

As limitações, já apontadas, estão relacionadas com uma das fragilidades do meio rural algarvio – a perda, a estagnação e o envelhecimento populacional. Se, numa primeira fase, o desenvolvimento agrícola poderá significar um remar contra a corrente, numa fase avançada significará a criação de postos de trabalho, fundamentais para reter gente, recurso fundamental a qualquer processo de desenvolvimento em meio rural.

Considerando a realidade em estudo, as novas perspectivas para o mundo rural devem basear-se, e nunca é demais repetir, nos seus recursos endógenos. O rural algarvio não deverá desenvolver-se na sombra do litoral cheio de prosperidade, deve, pelo contrário, potencializar todos os recursos que o distinguem e particularizam face à crescente vulgarização do destino sol e praia. Por isso, qualquer tipo de agricultura praticada, deverá basear-se em produtos regionais. O mel de Monchique é um dos produtos que representa a especificidade e rusticidade da serra e deverá ser protegido, preservado e valorizado (fig.2).

Os municípios rurais deverão esforçar-se por traçar planos de desenvolvimento próprios e deverão aproveitar a revisão de muitos dos seus PDM's, para rever estratégias de *empowerment* e potencialização dos seus recursos endógenos. Parece ter-se tornado já por demais evidente que o rural algarvio terá de seguir um modelo de desenvolvimento distinto do litoral, mas em conformidade com este último. Parcerias entre concelhos rurais parecem ser necessárias de modo a facilitar processos de desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das populações aí residentes.

O segundo, basear-se-à num turismo em espaço rural, vocacionado para novas procuras, onde a qualidade da paisagem, o contacto com a natureza e o (re)inventar de tradições são as marcas principais. Esta é uma via de desenvolvimento promissora, pois apesar do seu recente arranque, e fragilidade inicial poderá, e deverá, ser aproveitada e valorizada como complementar de um turismo de massas, onde o sossego e o contacto com a natureza são escassos.

Um dos programas que apoia projectos estruturantes no Algarve interior é o *programa Prestígio*, que, entre outras acções, procura promover o mundo rural, apoiando a comercialização de produtos locais, passando pela criação do bioparque da Serra de Monchique e animação do Algarve rural.

Todavia, e de acordo com o PROTAL (2004), o Algarve era a NUT com menor oferta de TER no país, sendo a sua oferta e capacidade de alojamento fraquíssima (quadro 2).

Quadro 2. – Turismo em espaço rural no Algarve (2002)

<b>Categorias</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>Capacidade em camas</b>
Turismo de Habitação	4	40
Turismo Rural	14	144
Agroturismo	4	47
Casas de Campo	2	16
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>247</b>

(dados referidos a 31 de Julho de 2002; fonte: DGT)

Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II – Caracterização e Diagnóstico,  
Anexo F1 – Turismo – Caracterização e Diagnóstico do Sector, p.3

Apesar de não ser identificado como produto turístico principal, que de facto não é, o TER é promissor para os territórios do interior. Este é, por isso, encarado como um mercado emergente, mas é clara a crescente procura que tem também originado uma

diversificação da oferta de produtos e espaços turísticos, que peca apenas por inexistência de estabelecimentos de turismo de aldeia. Este tipo de turismo deverá ser valorizado, associando-se ao turismo de natureza e ecoturismo, todos eles tendo em comum o aproveitamento dos espaços rurais, como espaços de lazer e turismo, geradores de riqueza e novas oportunidades. Em casos particulares, como é o caso da Serra de Monchique, o turismo rural, de natureza e ecoturismo surge ainda associado ao turismo de saúde existente nas termas de Monchique e emerge como uma boa alternativa ou complementar ao turismo urbano e litoral.

Apesar do TER ser aqui apresentado como uma proposta plausível para promover novas dinâmicas para o meio rural algarvio, seria ingénuo afirmar que este poderá ser, dentro de um limiar de tempo reduzido, comparável ao turismo desenvolvido nas cidades do litoral. Todavia, e considerando que o rural algarvio tem ainda muitos obstáculos a ultrapassar, a aposta no TER, nas suas várias vertentes, valorizando a organização das suas iniciativas, poderá significar novas perspectivas para o espaço rural.

Em suma, a agricultura e o turismo constituem duas formas possíveis de desenvolver os espaços rurais algarvios (e não só), contribuindo assim para reforçar a coesão e interdependência urbano-rural. A primeira é já uma actividade consolidada que deverá procurar valorizar os recursos endógenos, apoiando-se na especificidade e qualidade dos produtos regionais produzidos, incitando uma agricultura em compatibilidade com a protecção da natureza. A segunda é uma actividade emergente, que encontra já um nicho de mercado significativo. Apesar da sua insipiência, deverá apostar na organização e criação de modalidades inovadoras de TER, que destaquem a qualidade de vida e conforto do turismo em meio rural.

#### **4. O CASO DA SERRA DE MONCHIQUE: NOVOS DESAFIOS E NOVAS OPORTUNIDADES PARA O MEIO RURAL**

A Serra sienítica de Monchique surge como um caso digno de reflexão. Neste território rural, com mais-valias evidentes, são relativamente recentes as iniciativas de desenvolvimento em espaço rural. Este espaço, de marcada ruralidade, viu surgir algumas iniciativas inovadoras, que procuram valorizar, promover e potencializar alguns dos recursos endógenos da serra: a natureza, as tradições, a gastronomia, a vegetação, os produtos regionais mais típicos: o medronho, o mel e os enchidos tradicionais.

Em 2003 surgiu, na serra, uma iniciativa pioneira – O Ómega Parque. Este zoo, enterrado na natureza, possui uma localização privilegiada, perto da principal via de acesso de Monchique ao resto do Algarve. Esta iniciativa favoreceu, fundamentalmente, o contacto com a natureza, associando o turismo rural e ambiental. Todavia, e demonstrando a fragilidade destes projectos emergentes, este parque fechou no presente ano, por incapacidades técnicas e procura insuficiente.

Passados dois anos, assinalou-se a abertura do Parque da Mina, onde se articulam perfeitamente a componente natureza, tradições locais, com uma clara (re)invenção da cultura típica e da rusticidade da serra. Este parque temático localiza-se numa casa que pertenceu a uma das famílias mais abastadas da serra, possuindo elementos tão particulares como uma antiga mina desactivada. Simultaneamente surgiram outras actividades como passeios pedestres que promovem um turismo de contacto com a natureza, que representam uma segunda via face ao turismo urbano e massificado. Neste âmbito encontram-se já aprovados três percursos que procuram fomentar a preservação



dos caminhos rurais e valorização do património natural – o trilho da Fóia; trilho das Caldas-Picota e trilho dos Moinhos.

Um dos aspectos a salientar é a crescente valorização e consciencialização da importância do desenvolvimento rural. Assim, Monchique, recentemente classificada como sítio Natura 2000, foi escolhida para acolher o primeiro bioparque *network* do mundo. Neste território agrícola, crescentemente legado à monocultura florestal, está a ser criada uma densa malha de caminhos pedestres ligando florestas, lagos, jardins botânicos, locais de interesse histórico e têm-se desenvolvido projectos inovadores de promoção da rusticidade da serra, face a uma crescente especulação imobiliária, a que o interior do Algarve não é alheio. Um dos principais objectivos deste bioparque é fortalecer a economia local, assegurando o desenvolvimento rural e florestal e a preservação do encanto da serra.

Em termos de turismo de habitação a oferta é ainda limitada. A Villa Vina é, porventura, uma das poucas iniciativas surgidas na serra de Monchique.

Em suma, e apesar da fragilidade e insipiência destas iniciativas, é de destacar a importância destes projectos na valorização dos territórios rurais e o seu contributo para a integração destes em rotas de turismo mais amplas, contribuindo para uma visão integrada de um Algarve de barlavento a sotavento, do litoral ao interior e do urbano ao rural.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Os espaços rurais desempenham um papel fundamental para a integração dos territórios. Naturalmente, terá de se verificar uma dinâmica de mudança que permita traçar um caminho de desenvolvimento em meio rural.

Após considerarmos os factos expostos ao longo desta comunicação, é oportuno reflectir sobre alguns pontos-chave nesta temática. Importante é também reforçar que o Algarve deverá ser considerado, no seu conjunto, uma região onde o rural interior e o urbano litoral se integram perfeitamente, contribuindo para uma maior homogeneidade e desenvolvimento integrado.

- A abordagem ao desenvolvimento em espaço rural e o papel que os espaços rurais poderão, e deverão, desempenhar na integração territorial é complexa e diversificada. Se por um lado encontramos concelhos com uma única realidade, outros há que conjugam as várias dimensões territoriais.

Para concelhos como Silves, Loulé e Tavira, que no seu território congregam serra, barrocal e litoral, o desafio do desenvolvimento em espaço rural é ainda mais amplo, pois confrontam-se com dificuldades na repartição eficiente de fundos monetários e organização de iniciativas entre um litoral tradicionalmente polarizador e um meio rural emergente;

- Também os espaços rurais algarvios são diversificados, sendo que na costa Vicentina o ambiente natural protegido e a história são os principais aspectos a apostar, no barrocal é sobretudo a actividade agrícola (principalmente citrinos), na serra o TER é uma actividade em expansão, tal como no Guadiana onde as ligações transfronteiriças deverão ser favorecidas;

- As novas perspectivas aqui traçadas para o mundo rural relacionam-se com uma crescente procura do meio rural para turismo e lazer. De facto, este está associado a um turismo de qualidade. Os espaços rurais deverão aproveitar esta tendência emergente e

assegurar uma resposta qualificada e organizada, capaz de complementar a oferta já estruturada do binómio sol e praia;

- Ao considerar o papel do TER deve assumir-se que esta actividade é ainda pouco consistente, e que apenas a médio/longo prazo esta poderá ter um papel determinante na evolução dos espaços rurais;

- O desenvolvimento do mundo rural, sendo um importante passo para a equidade dos territórios, apresenta também alguns obstáculos. A crescente desvitalização sócio-económica e demográfica do Algarve rural e o (ir)reversível envelhecimento e ilitracia dos que decidem ficar representam os principais desafios à política de desenvolvimento rural;

- Deverá reforçar-se a ideia de que potencializar o interior rural não significa relegar para segundo plano aquilo que continua a ser a principal fonte de rendimento do Algarve – o turismo balnear do litoral – mas sim dinamizar o mundo rural, tornando o Algarve uma região mais homogénea em termos de rendimentos, desenvolvimento e qualidade de vida;

- Essa homogeneidade de desenvolvimento basear-se-à na heterogeneidade paisagística e morfológica da região. Essa diversidade de oferta poderá tornar o Algarve uma região mais atractiva por oferecer um conjunto de actividades de qualidade que conjugam o urbano e o rural, o campo e a praia, o citadino e o rústico e permitem dispor de repouso, qualidade, comodidade, sempre apoiadas nas mais-valias dos territórios;

- Desenvolver actividades de turismo e lazer em Espaço Rural permitirá elevar o Valor Acrescentado Bruto (VAB) formado no interior algarvio, aumentando a riqueza gerada nesta parte rural do Algarve. O surgimento de novas actividades promoverá o surgimento de postos de emprego, o que terá como consequência a fixação de maior número de pessoas e poderá estancar, a médio/longo prazo, a crescente perda populacional do interior;

- A promoção de projectos em espaço rural, sejam de cariz turístico ou não, fomentará a atracção de investimento nacional e internacional;

- Inevitavelmente, com o crescimento do número de postos de trabalho e novas actividades em meio rural, a qualidade de vida já oferecida nestes espaços privilegiados de contacto com a natureza, será reforçada pelo surgimento de novas infra-estruturas de apoio a essas actividades;

- Também no litoral, os espaços delimitados com marcas conservadas de ruralidade, deverão ser potencializados e aí os cuidados de conservação terão de ser adequados e reforçados;

- A serra de Monchique constitui apenas um exemplo possível de aposta no meio rural como elemento de desenvolvimento. A escolha desta Vila para acolher o primeiro bioparque network do mundo evidencia novas oportunidades para os espaços rurais algarvios e terá como consequência uma maior atractividade destes;

- O Algarve deverá ser pensado como um todo, compatibilizando o interior e o litoral, integrando serra e mar, unindo o rural e o urbano. Um novo olhar sobre o Algarve implica reforçar as complementaridades entre territórios, simultaneamente reforçando o que cada um tem de mais genuíno e particular, e neste aspecto os espaços rurais têm muito para oferecer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Comissão de Coordenação e desenvolvimento da região do Algarve (CCDR-ALG), (2003): “Aspectos globais da evolução da população no Algarve desde 1900” [<http://www.ccdr-alg.pt/demog/demog03.html>].
- Cavaco, Carminda (2004): “Desafios de desenvolvimento rural: notas de leitura”, *Revista Finisterra* XXXIX, número 78, pp. 99-112.
- Mendes, Maria Clara (Junho de 2001): “Plano regional de ordenamento do Território do Algarve. O desordenamento do ordenamento”, *Revista Sociedade e Território*, ano 5, nº 13, pp. 38-43.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Comissão de Coordenação e desenvolvimento da região do Algarve (Fevereiro de 2004): “*Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II – Caracterização e Diagnóstico, Anexo C – Agricultura e Desenvolvimento rural*”.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Comissão de Coordenação e desenvolvimento da região do Algarve (Fevereiro de 2004): “*Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II – Caracterização e Diagnóstico, Anexo F1 – Turismo – Caracterização e Diagnóstico do Sector*”.
- Serafim, Maria do Rosário, “Diversificação, Emprego e Qualificação. O contributo do programa LEADER” (Dezembro de 2002): *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da rede Portuguesa LEADER +: II série*, número 5, p. 3.
- Limão, João, Santos, Paula Matos dos, “Nordeste algarvio e baixo Guadiana” (Dezembro de 2002): *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da rede Portuguesa LEADER +: II série*, número 5, p. 9-12.
- Silva, João Albino & Silva, José Vieira da (Junho de 2001): “Algarve. Crescimento turístico e estruturação de um espaço regional”, *Sociedade e Território*, ano 5, nº 13, pp. 22-32.
- Reis, José, Serafim, Maria do Rosário, “Turismo e Mundo rural: duas realidades que se entrecruzam” (Outubro de 2003): *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da rede Portuguesa LEADER +, II série*, número 13, p.3.
- Rodrigues, Adyr Balastrieri et al (2001): “*Turismo rural*”, Turismo Contexto.
- Joaquim, Graça, (2003): “*Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição*” in *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 57-65.
- Centro de estudos geográficos da Universidade de Lisboa (1999): “*Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*”, pp.74-78; 87-89.

## NOTAS FINAIS

<sup>(1)</sup> Por este motivo, ao longo deste trabalho será comum identificar o rural algarvio como interior, sem que se verifique uma perda de rigor ou significância expressiva.

<sup>(2)</sup> O desenvolvimento rural é aqui entendido como um meio fundamental na promoção da qualidade de vida da população residente em meio rural. Na qualidade de vida destacam-se dois aspectos: o primeiro económico e o segundo social e ambiental. Com o desenvolvimento rural pretende-se contrariar processos de desvitalização económica e populacional e fomentar a capacidade de atracção e fixação das populações e actividades económicas em espaços rurais.

Apenas um processo de desenvolvimento rural bem estruturado parece permitir dinamizar o meio rural algarvio em perda populacional e parece revelar-se imperioso para alcançar uma maior equidade territorial.